

APRESENTAÇÃO

Atendendo o que preconiza a Lei Federal n.º 9.504, de 30 de setembro de 1997 (Lei das Eleições) alterada pela Lei n.º 12.034, de 29 de setembro 2009, que exige dos candidatos aos cargos de Prefeito, Governador e Presidente da República, o registro de PROPOSTA DE GOVERNO, antes do início do período de campanha.

Considerando que o pleito de 2012 será a primeira eleição municipal, na qual se exige tal obrigação, apresentamos à população de Cáceres o Programa de Governo da COLIGAÇÃO “O FUTURO COMEÇA AGORA” para a gestão 2013/2016 com o Dr. Leonardo Ribeiro Albuquerque e Anne Christinne de Lima Viegas Collegio Alves.

O Dr. Leonardo tem a experiência de 7 anos como profissional da Saúde, sendo praticamente 2 dois anos dedicados ao Exército Brasileiro no 2º Batalhão de Fronteira - Cáceres, juntamente com sua vice, assumem a partir desta PROPOSTA DE GOVERNO, o compromisso de implementar todas as ações necessárias para o aproveitamento integral e aprimoramento do que preconiza a Lei Complementar N.º 90 de 29 de dezembro de 2010, que instituiu a atualização do Plano Diretor de Desenvolvimento do Município de Cáceres, nos termos do artigo 182 da Constituição Federal de 1988, do capítulo III da Lei n.º 10.257, de 10 de julho de 2001 - Estatuto da Cidade - e do Título IV, Capítulo V da Lei Orgânica do Município de Cáceres.

Os estudos de modernas técnicas administrativas, já utilizadas com sucesso em outras cidades do Brasil e do mundo, orientaram os passos na busca de soluções para a melhoria da qualidade de vida em Cáceres aqui expressas.

Nossas propostas estão abertas, como estarão sempre, às contribuições da sociedade, seja através de críticas ou de novas ideias, que aproximem ainda mais nossa Proposta de Governo da expectativa real da população, na construção de um futuro Plano de Governo.

Agradecemos a todos que colaboraram na elaboração deste Programa e, antecipadamente, aos que ainda irão colaborar para o seu aperfeiçoamento.

Coordenação da Proposta de Governo

**PROGRAMA DE GOVERNO DA “COLIGAÇÃO O FUTURO COMEÇA AGORA”
PSD PSB PV PRTB PRB PDT PPS PT do B PMN PTN PRP PC do B**

CÁCERES MELHOR

Compromisso de campanha e compromisso de governo: Tornar Cáceres Melhor – O Futuro Começa Agora.

Para que todos desfrutem, no dia-a-dia, de boa qualidade de vida, a cidade precisa orientar seu crescimento e potencializar sua vocação de polo regional de comércio e serviços, gerando emprego e renda, para que todos possam participar das decisões sobre os investimentos públicos e fiscalizar os serviços prestados pela prefeitura. A meta é recuperar a autoestima para transformar a gestão da cidade. Fazendo com que os serviços públicos sejam suficientes e eficientes, geridos de forma moderna e transparente para a população. E Cáceres seja finalmente uma cidade em que as pessoas possam dispor de trabalho, segurança, educação, cultura, lazer, enfim, uma cidade solidária e mais igualitária, da qual todos se orgulhem.

Uma cidade assim só pode ser construída pela ação conjunta do governo municipal e da sociedade civil organizada, em parcerias voltadas para projetos de interesse coletivo. Parcerias com diferentes instituições da comunidade, com a iniciativa privada, com sindicatos de trabalhadores, dos servidores públicos, com organismos governamentais ou não, e com outras esferas de governo.

Esse caminho de parceria democrática, que sonhamos como cidadãos, é possível e frutífero. Isso foi observado em exemplos de vários municípios brasileiros.

Durante nossa trajetória e com um pouco de exercício de comparação com algumas administrações realizadas com sucesso, detectamos que Cáceres precisa com urgência de um processo de transformação na busca de se tornar uma cidade mais humana, mais solidária e com melhor qualidade de vida, assim como pudemos observar a falta de motivação social para que todos participem como autores e atores deste novo momento, entendendo que podemos, com os pontos, adiante elencados, alcançar nossos objetivos comuns.

A criação de alguns novos espaços públicos de lazer e cultura pode dar nova vida à cidade. Os centros de múltiplo uso tendem a tornar-se polos de atividades para toda a população. A execução de pequenas obras pelos bairros, muitas em parceria com a comunidade, podem contribuir para tornar o dia-a-dia dos moradores mais humano e mais digno. A modernização e informatização da máquina administrativa devem dar maiores passos, conferindo maior presteza e eficiência ao atendimento aos munícipes. A cidade precisa ampliar os cuidados com o saneamento e a limpeza, serviços urbanos essenciais. A constante limpeza das ruas, e a sinalização de trânsito também devem contribuir para transformar o perfil da cidade.

A cidade pode se dinamizar com o desenvolvimento de diferentes políticas públicas simultâneas. No lugar das grandes obras, que beneficiam apenas algumas áreas ou setores, um governo mais social-democrático e popular vem apostar na ampliação e na melhoria da qualidade dos serviços públicos de saúde, educação, cultura, habitação, abastecimento, manutenção urbana, transporte etc.

O diálogo constante com a sociedade, tanto na discussão do orçamento municipal e na elaboração de projetos de urbanização como na busca de alternativas para o desenvolvimento econômico da região representará a primeira experiência de participação popular dos cacerenses na gestão do município em que vivem.

O PASSADO JÁ PASSOU

A concepção atrasada e retrógrada de administração pública centralizadora deve ser abandonada, assim como as forças políticas conservadoras. Os problemas e desafios de uma cidade múltipla e plural como Cáceres devem ser encarados de forma moderna. A incapacidade de compreender como a prestação de bons serviços públicos melhora concretamente a qualidade de vida da população. A incapacidade de enfrentar problemas urbanos e de buscar alternativas compartilhadas para o desenvolvimento econômico no plano local e, regional, são sinônimos de atraso porque retarda ou despreza iniciativas e conquistas inadiáveis para o exercício da cidadania. Isto tudo exclui da discussão e a busca de soluções para os problemas da cidade onde os principais interessados, os cidadãos, há muito deixaram de ser seus autores e atores, a hora de mudar é agora!

NOSSOS COMPROMISSOS

Muito além de um conjunto de promessas de campanha, nosso programa constitui o referencial para ações concretas no governo municipal. Com ele queremos aplicar, diversificar e aprofundar as iniciativas bem sucedidas.

Reafirmamos que nossos compromissos de campanha são nossos compromissos de governo. A modernização e a moralização da política e a efetiva democratização de nossa sociedade exigem que se supere a tradicional prática de, na campanha, fazer uma série de promessas que são esquecidas durante o governo.

É urgente que a sociedade enfrente os graves conflitos sociais gerados pelas contradições de classe e pelas mais profundas desigualdades do mundo, aí estão os desencontros e contradições que observamos no recente Rio+20.

Cada candidato e cada partido têm uma visão própria sobre como enfrentar os problemas da sociedade. Cada partido e cada candidato representam uma proposta de atuação diante dos interesses contraditórios que se defrontam no cotidiano da política local, regional e nacional.

Nosso programa de governo expressa uma proposta para o município, mas obrigatoriamente, até por sermos polo, tem foco regional, fundamenta-se num projeto de sociedade eminentemente social-democrático.

Uma sociedade em que todos tenham acesso aos bens sociais e aos serviços públicos e participem de sua gestão. Uma sociedade em que a amplitude, a eficiência e a qualidade dos serviços públicos garantam uma vida melhor para as mais amplas camadas da população, para os trabalhadores, os excluídos, as classes médias empobrecidas. Uma sociedade em que o Estado, no sentido mais amplo de seu significado, não seja nem mínimo, nem máximo, mas tenha capacidade adequada para devolver aos cidadãos em serviços eficientes e de boa qualidade a contrapartida dos impostos e taxas pagos, por meio de políticas públicas que incentivem a geração de emprego e renda.

PRIORIDADES DE GOVERNO

Nosso governo vai centrar sua atuação em torno dos seguintes pontos:

- Desenvolvimento sustentável e econômico municipal e regional capaz de gerar renda e emprego;
- Participação popular, por intermédio de canais democráticos de relação entre a prefeitura e a comunidade;
- Melhoria da qualidade e da eficiência dos serviços públicos, por meio da modernização administrativa da máquina da prefeitura;
- Construção de uma cidade agradável para todos os moradores, com base na oferta de serviços públicos de qualidade;
- Prioridade à educação, como direito fundamental para o exercício da cidadania e como condição indispensável para o acesso e a permanência no mercado de trabalho.

Sabemos que as áreas de saúde, educação, saneamento, habitação e transporte são prioritárias para a melhoria da qualidade de vida da população. Mas sabemos também que a crise econômica agrava o quadro das demandas sociais. Sabemos, ainda, que o orçamento da prefeitura de Cáceres, embora não seja tão pequeno quando comparado ao de outros municípios mais novos, é ainda insuficiente para dar conta de todos os desafios colocados. Por isso elegemos prioridades para a construção de uma cidade muito mais agradável para todos.

Além disso, propomos aos cidadãos e às entidades da sociedade civil uma parceria na discussão e na implementação de soluções criativas. Soluções que combinem diferentes alternativas de atuação, tanto por administração direta como por concessão ou subcontratação de serviços, com o objetivo de garantir que esses serviços sejam oferecidos com qualidade, a baixos custos e que sua eficiência seja permanentemente fiscalizada pelos usuários e pelo poder público.

As propostas do nosso Programa de Governo exigem um diálogo permanente entre o executivo e a Câmara Municipal, balizado pela ética política, pelo respeito mútuo e pela capacidade de estabelecer convergências políticas no encaminhamento de projetos de interesse coletivo.

Esses são nossos compromissos, que começarão a ser cumpridos desde o primeiro dia de mandato. O governo é eleito para governar durante todo o mandato, não apenas em ano eleitoral. O governo é eleito para prestar serviços públicos e melhorar a qualidade de vida da população, não apenas para executar grandes e poucas obras. O governo é eleito, ainda, para enfrentar e buscar soluções para os desafios do presente e do futuro, articulando propostas locais e regionais e lutando por políticas mais justas.

COLIGAÇÃO O FUTURO COMEÇA AGORA!

**PROGRAMA DE GOVERNO DA “COLIGAÇÃO O FUTURO COMEÇA AGORA”
PSD PSB PV PRTB PRB PDT PPS PT do B PMN PTN PRP PC do B**

EIXOS CENTRAIS

1. DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTADO COM GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA

As grandes mudanças na economia mundial, com a introdução de novos e importantes patamares de desenvolvimento tecnológico, as transformações gerenciais, o processo crescente e veloz de globalização da economia, bem como o processo de desconcentração e interiorização da indústria, vêm provocando alterações profundas na economia brasileira e na economia regional.

Tem ocorrido, até mesmo, certo processo de transferência de investimentos para outras regiões. Aumenta o desemprego enquanto cresce o setor informal da economia e desloca-se parte da mão-de-obra para o setor terciário.

Viabilizar o crescimento, partindo deste quadro específico em que a cidade de Cáceres está inserida, exige a criação de vantagens locais bem como a potencialização das existentes para a instalação de novos empreendimentos na região, além do combate a algumas de nossas desvantagens em relação às novas exigências econômicas. Para tanto, é necessário pensar estrategicamente tanto o desenvolvimento municipal quanto o regional.

1.1. DIRETRIZES BÁSICAS

- Apoio às pequenas e médias empresas, favorecendo sua competitividade no mercado globalizado.

- Apoio aos desempregados oferecendo-lhes oportunidades de requalificação profissional.

- Apoio às atividades econômicas informais no sentido de garantir a sua inserção no mercado formal.

- Incentivo ao desenvolvimento de atividades econômicas ligadas à preservação ambiental e compatíveis com a vocação da área de proteção aos mananciais.

- Desenvolvimento de parcerias do Poder Público municipal e regional com as entidades da sociedade civil tendo em vista ações comuns de valorização da região e de busca de alterações no quadro econômico e social.

É necessário, em conjunto com os demais municípios da região, buscar novos arranjos institucionais que sejam flexíveis e contem com a participação da sociedade civil, possibilitando desenvolver ações conjuntas no enfrentamento dos problemas comuns.

Desenvolvimento de marketing regional visando o fortalecimento e a valorização da sua identidade, inclusive internacionalmente, promovendo a divulgação de nossas grandes vantagens para as atividades econômicas.

1.2. PROPOSTAS DE AÇÃO

EM NÍVEL MUNICIPAL

- Desenvolver um Programa de que proporcione renda mínima, voltado aos excluídos do mercado formal de trabalho, adaptado à realidade local, não baseado apenas na transferência direta de dinheiro, mas principalmente na reciclagem

profissional e na criação de oportunidades de emprego, além de mecanismos de viabilização de prestação de serviços do tipo mútuo.

- Criar convênios que viabilizem formas de financiamento às atividades cooperativadas e de micro e pequenas empresas, baseado em recursos oriundos do governo federal, tais como as linhas operadas pelo FAT, linhas de crédito de bancos oficiais, parcerias etc.

- Garantir a implementação definitiva do “Balcão de Empregos”, com serviço informatizado de oferta de emprego, municipalizando atividades do tipo SINE (Sistema Nacional de Emprego, do Ministério do Trabalho) com recursos do FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador) para elaborar os perfis dos candidatos; analisar a oferta e a procura de empregos. Esses serviços podem agilizar o pagamento do Seguro Desemprego, bem como permitir o apoio material para a recolocação dos trabalhadores, tais como currículos, fotos, documentos etc.

- Combinar o “Balcão de Empregos” com as atividades voltadas à escolarização, formação e requalificação da mão-de-obra.

- Criar uma estrutura de apoio às pequenas e micro empresas, nas áreas em que elas não têm porte para solucionar as questões sozinhas: capacitação gerencial, treinamento, informação, marketing, obtenção de certificados ISO, etc.

- Fortalecer a ação pública não estatal desenvolvida pelas entidades civis sem fins lucrativos, o chamado Terceiro Setor.

- Iniciar em parceria com as entidades de formação, Governo Estadual, empresas, universidades, um programa voltado à formação e/ou reciclagem de mão-de-obra, particularmente voltado à geração de altos níveis de capacitação.

- Vincular Cáceres às redes internacionais de cooperação local voltadas ao desenvolvimento sustentável e à proteção ambiental, privilegiando as relações no âmbito do MERCOSUL.

- Incentivar as atividades econômicas cooperativadas e auto-gestoras como opção para os desempregados.

- Estabelecer ações de fortalecimento da identidade local e regional, firmando Cáceres como polo cultural, o que pode e deve ser objeto de ações em parceria com a iniciativa privada.

- Promover atividades não poluidoras e não depredadoras do ambiente, que podem e devem ser incentivadas, em particular atividades ligadas ao turismo ecológico. Este incentivo passa por alterações de legislação urbanística e em procedimentos administrativos e de fortalecimento da presença da Prefeitura nas áreas fins.

- Rever procedimentos administrativos e a legislação urbanística que emperram ou impedem o desenvolvimento de atividades econômicas e da construção civil. Para isso, buscaremos instrumentalizar a efetiva aplicação do Plano Diretor de Desenvolvimento nos termos da Lei Complementar Nº 90, como instrumentos jurídicos e políticos estabelecidos no artigo 4º do Estatuto da Cidade.

- Desenvolver estudos para o incentivo, inclusive do ponto de vista fiscal, de atividades que possam fortalecer as vantagens locais ou a identidade local, por exemplo, as atividades econômicas de produção e difusão cultural, condicionando esses incentivos à geração de empregos, à preservação da harmonia econômica regional e à manutenção ou ampliação da capacidade arrecadadora do município. Em cada caso, é necessário respeitar uma relação custo-benefício favorável em relação às finanças públicas.

- Assumir a tendência de crescimento do setor terciário de Cáceres e região, atraindo empresas de serviços de alta tecnologia, bem como pequenas e micro empresas terciárias, valorizando o município de Cáceres como um todo.

- Manter um permanente processo de consulta ao setor empresarial, voltado a detectar os elementos provocadores de deseconomias motivadas por razões locais, visando negociar soluções em parceria.

EM NIVEL REGIONAL

- Integrar o “Consórcio Intermunicipal”, incentivando o envolvimento não só do poder público, mas dos diversos setores organizados da sociedade civil. Com novo arranjo que estimule todas as formas de organização da sociedade civil para que se relacionem com os interesses regionais. Estas entidades devem ser respeitadas em sua identidade e não simplesmente absorvidas nessa reestruturação.

- A partir do Consórcio Intermunicipal, caminhar para a solução de alguns problemas comuns importantes, como:

- Destino final dos resíduos sólidos residenciais, hospitalares e industriais;
- Malha viária comum, como é o caso das MTs regionais, hidrovias, etc.
- Saneamento básico, seja na drenagem, seja no destino e tratamento dos esgotos residenciais e industriais ou na preservação dos mananciais regionais;
- Ações conjuntas de enfrentamento dos fatores de efeito negativo sobre a atividade econômica local e a geração de emprego e renda. O enfrentamento dos problemas deve banir históricas vaidades pessoais e trazer efetivamente a participação de todos os agentes, em especial os Governos Federal e Estadual.

O Consórcio deverá intervir também para o encaminhamento de soluções aos problemas externos à região que afetam o seu desenvolvimento, tais como os Terminais Hidroviários e o avanço da Ferronorte.

- Desenvolver, junto com as empresas, programas de preferência por compras locais que incentivem a transferência de fornecedores para a região e a cidade de Cáceres.

- Promover a parceria entre o poder público, os Sindicatos de Trabalhadores, as entidades empresariais etc., visando atrair empresas.

- Aproximar as Prefeituras das grandes empresas industriais e comerciais, em particular das indústrias alimentícias e da “cadeia produtiva do boi”, para incorporá-las ao esforço comum de desenvolvimento regional.

- Buscar a identificação dos “nichos de mercado” típicos da região, como é o caso das indústrias de couros, de móveis, e das oportunidades de novos “nichos”, articulando os setores empresariais de micro, pequenas e médias empresas para potencializar seus mercados.

- Desenvolver ações de marketing, buscando o engajamento da população na defesa dos interesses regionais, fortalecendo a identidade dessa população com a região.

- Criar, junto com as instituições de ensino superior, mecanismos de apoio ao desenvolvimento de conhecimentos e pesquisa direcionados às vocações locais.

2. QUALIDADE, EFICIÊNCIA E MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA.

Com a Modernização Administrativa pretende-se que toda a Prefeitura se empenhe na constante melhoria da qualidade e da produtividade, visando à ampliação dos serviços prestados. Estes esforços para reduzir custos, aumentando a

produtividade, são fundamentais à conquista da cidadania. Uma transformação efetiva só será possível na medida em que se consiga mudar a maneira de pensar e agir, relativa ao trabalho de todos dentro da Prefeitura.

A limitada capacidade em atender as crescentes demandas da população exigirá do governo municipal o estabelecimento de relações de parceria com o setor privado e o setor público não estatal para a prestação de serviços e execução de obras. Nesses casos, a decisão pela transferência deverá ser precedida por uma análise de custo-benefício. O fundamental é a preservação do caráter público do serviço que está sendo prestado, o que deve ser garantido por um processo adequado de gerenciamento.

Como ponto de partida para estas tarefas, o governo deve desenvolver, de forma participativa, um *novo modelo de gestão* que tenha como referência o Programa de Governo e a realidade da Prefeitura e que seja fortemente baseado num programa de “Gestão de Qualidade”.

2.1. DIRETRIZES BÁSICAS

Abordagem voltada aos usuários.

- Descentralização e desconcentração de atribuições, com a cobrança de responsabilidade das chefias.
- Horizontalização das estruturas com ênfase em ações matriciais. Controle e melhoria dos processos de trabalho.
- Participação dos servidores na concepção, produção e avaliação do serviço.
- Articulação das ações de governo através do Planejamento Estratégico.
- Capacitação dos servidores para a gestão pública.
- Adoção de novas tecnologias.
- Adequação da estrutura organizacional ao Programa de Governo.

2.2. PROPOSTAS DE AÇÃO

RELATIVAS À QUALIDADE DO SERVIÇO PÚBLICO

- Implantar um programa de qualidade com participação e envolvimento do primeiro escalão de governo, incluindo treinamento dos níveis intermediários de chefia e participação dos servidores.
- Descentralizar a responsabilidade de melhoria dos processos de trabalho para as equipes que executam as tarefas. Os funcionários envolvidos em um processo de trabalho devem se responsabilizar pela sua finalização, dispondo de critérios e autonomia para isto.
- Garantir incentivo às equipes e aos servidores que obtiverem resultados positivos com relação às metas de melhoria.
- Rever a política de desenvolvimento de sistemas, procedimentos e rotinas, originalmente desenvolvida para atender necessidades dos funcionários, voltando sua ação para o atendimento das necessidades dos usuários.
- Implantar instrumentos de avaliação dos serviços por parte dos clientes internos e externos, como por exemplo: pesquisas de opinião; avaliação dos serviços feita pelos usuários; comissão de acompanhamento do orçamento; avaliações temáticas feitas por entidades organizadas e indicadores de gestão.

RELATIVAS À DESCENTRALIZAÇÃO

- Descentralizar funções de apoio garantindo previamente o embasamento jurídico, a implantação de mecanismos de controle e auditoria e a adaptação das rotinas hoje existentes.
- Instalar postos de atendimento descentralizados para que o munícipe utilize os serviços e obtenha acesso às informações da Prefeitura.
- Implantar projetos matriciais com escopos e atribuições de cada área bem definidos. A coordenação desses projetos deverá participar do planejamento das principais áreas em que houver envolvimento, com o objetivo de que suas ações sejam contempladas adequadamente.

RELATIVAS AO AUMENTO NA CAPACIDADE DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E REALIZAÇÃO DE OBRAS

- Promover a terceirização dos serviços em que a Prefeitura dificilmente consegue bom desempenho, como manutenção de edificações, varrição e segurança patrimonial. Esses serviços poderão ser prestados por cooperativas ou pequenas empresas.
- Outra situação em que a terceirização deve ser analisada são as áreas que envolvem alta tecnologia e que a prefeitura, por falta de agilidade, quadros, ou outros recursos, não consegue acompanhar seu desenvolvimento, tais como algumas áreas ligadas à tecnologia da informação e de diagnóstico por imagens, e na área de saúde.
- Estimular a concessão de serviços públicos, visando o aumento da capacidade operacional da Prefeitura, nos casos em que se verifique a possibilidade de ganhos de custos e qualidade. Mantendo sob responsabilidade da Prefeitura a inteligência e controle do serviço a ser concedido, garantindo capacitação de seus quadros para comparação e regulação do serviço.
- Em situações nas quais os custos necessários à concretização de uma obra importante não sejam condizentes com a capacidade de investimento, buscar sua realização pela iniciativa privada, através do mecanismo de concessão com a consequente remuneração do investimento por um período mínimo de tempo.
- Garantir, em caso de terceirização do serviço, a preservação dos empregos com a readequação das tarefas dos servidores atingidos.

RELATIVAS À TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

- Usar intensamente a tecnologia para apoio à atividade gerencial: Sistemas de Informações Gerenciais, grupos de trabalho em rede, correio eletrônico e fluxo de documentos que fazem parte do conceito da Intranet, agilizando a tomada de decisão e diminuindo o uso da hierarquia para simples fluxo de informação.
- Reformular os processos de trabalho a partir das tecnologias disponíveis tais como Sistema de Informações Geográficas - SIG, fluxo eletrônico de documentos e redes de comunicação pública e interna.
- Colocar na Internet, em tempo real, as informações da Prefeitura tais como orçamento, projetos e serviços.
- Garantir, nas bibliotecas, escolas públicas e outros espaços, o acesso à tecnologia e às redes de comunicação a toda população que não dispõe desses recursos.

- Adotar tecnologias descentralizadas baseadas em rede de microcomputadores.

RELATIVAS AO PLANEJAMENTO DAS AÇÕES

- Implantar, desde o início do mandato, na administração direta e indireta, mecanismos de planejamento das ações de governo baseados na metodologia do Planejamento Estratégico Situacional, adotado em nível de Secretaria e em alguns casos até de departamentos.
- Implantação no Gabinete do Prefeito de mecanismos de monitoração e gerenciamento das ações de Governo.

RELATIVAS AOS RECURSOS HUMANOS

- Adotar o contrato coletivo de trabalho como instrumento normatizador e regulador da relação do Governo com os funcionários, contemplando não só a questão das condições de trabalho, da remuneração dos servidores, mas também o melhor atendimento à população.
- Definir uma política salarial que compatibilize a valorização dos servidores com a capacidade orçamentária limitada da prefeitura, garantindo espaços para os investimentos públicos em obras e serviços.
- Implantar mecanismos de avaliação de desempenho, que valorizem as equipes, com base em indicadores definidos, objetivando resultados em termos de produtividade e qualidade do seu trabalho.
- Implantar, com participação do funcionalismo público, um novo estatuto, tendo como parte integrante um Código de Ética atualizado e realista. O Plano de Carreira e o Estatuto deverão assegurar mecanismos de flexibilização de funções, amparado por um programa de readaptação funcional.
- Buscar a implantação de “Escola Municipal de Administração Pública” com programa permanente e abrangente de formação de recursos humanos em nível operacional, técnico e gerencial, que contemple as dimensões colocadas no modelo de gestão proposto.
- Criar estrutura profissional e permanente de relação com o Sindicato dos Servidores Públicos Municipais, estabelecendo uma mesa permanente de negociação.
- Restabelecer os programas de segurança e saúde do trabalhador e a CIPA.

RELATIVAS À PREVIDÊNCIA

- Assegurar a continuidade do sistema de Previdência próprio, com plano de custeio partilhado compulsoriamente entre a Administração e o servidor, baseado em um regime de capitalização, tendo como premissa a gestão autônoma dos recursos e a participação ativa dos segurados em sua administração.

RELATIVAS À ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

- Definido o Programa de Governo, a estrutura da Prefeitura deverá estar condizente com as diretrizes propostas. Dessa forma, modificações na estrutura da Prefeitura, deverão ser implantadas desde o início do governo, como as seguintes:

- Unificação das ações de manutenção da cidade na Secretaria de Serviços Municipais;
- As ações de Educação, prioridade das prioridades, ficarão sob responsabilidade da Secretaria de Educação, inclusive aquelas relacionadas à educação para o mundo do trabalho;
- A diretriz de desenvolvimento econômico bem como as ações de parceria ficam na Secretaria de Planejamento;
- Transformação da Secretaria de Obras em Secretaria de Desenvolvimento Urbano, Habitação e Edificações, com a incorporação das áreas de projetos e execução de edificações.
- O controle da frota e o Departamento de Informática serão integrados à Secretaria da Administração;
- Os princípios gerais de políticas públicas (o planejamento de governo, a participação popular, a modernização administrativa, a produção de inovações em políticas públicas etc.) devem se expressar na constituição de grupos-tarefa intersetoriais diretamente ligados ao Gabinete do Prefeito, com caráter permanente e, quando for o caso, enraizados nas secretarias;

3. PARTICIPAÇÃO POPULAR

A participação popular se constitui em um elemento essencial de transformação cultural calcada nos valores da cidadania.

A participação popular se expressa na instituição de um modelo de cogestão pública dos assuntos locais, envolvendo governo e sociedade, de modo a criar condições para a participação dos cidadãos nas decisões locais. Para sua maior efetivação, a participação popular precisa ser incorporada ao dia-a-dia da administração pública, não apenas como uma diretriz de governo, mas como metodologia de trabalho.

3.1 DIRETRIZES BÁSICAS

- Ampliação da noção de cidadania e participação direta da população nas principais decisões de caráter público.
- Constituição de espaços públicos, onde os diversos setores que compõem a sociedade possam gerir juntamente com o governo municipal os assuntos locais.
- Atenção às múltiplas identidades e, portanto, às múltiplas necessidades, interesses e formas de organização da sociedade.
- Busca de formas inovadoras de relação com a comunidade, respeitando a autonomia e independência das organizações da sociedade e também estimulando o surgimento de novas formas de organização, formais ou não.

3.2 PROPOSTAS DE AÇÃO

ORÇAMENTO PARTICIPATIVO

O Orçamento Participativo será o instrumento central do exercício da cidadania, onde governo e população discutirão os rumos da cidade de forma conjunta.

- Instituir o processo de discussão orçamentária através:
- Criação dos Fóruns Regionais, Temáticos e Setoriais do Orçamento Participativo;
 - Definição das prioridades de cada Fórum Regional, Temático e Setorial para o bairro/região, tema, setor e município;
 - Escolha dos delegados regionais, temáticos e setoriais ao Conselho do Orçamento;
 - Discussão no Conselho do Orçamento das prioridades regionais, temáticas e setoriais e da proposta do governo municipal, tratando não apenas da parcela relativa ao investimento, mas também do custeio, ou seja, a totalidade da receita prevista;
 - Definição da proposta orçamentária, através da negociação entre governo e população, partilhando o poder, onde tanto a representação da população quanto a administração negociem em pé de igualdade;
 - Acompanhamento da execução orçamentária pelo Conselho do Orçamento e pelos membros de cada Fórum Regional, Temático e Setorial.
- Para que a discussão orçamentária seja profícua, é necessário:
- Articular o Orçamento Participativo ao planejamento do governo para elaboração da proposta do governo municipal e para garantir a realização das deliberações da discussão orçamentária;
 - Criar mecanismos de acompanhamento da execução orçamentária que facilitem seu acompanhamento pelos conselheiros e pela população em geral. - criar um programa de formação permanente em que a população possa compreender os mecanismos próprios da administração pública, além de conhecer a realidade de sua região e da cidade;
 - Desencadear um processo de preparação pública que envolva todos os setores sociais com ampla divulgação do calendário, dos critérios, locais etc. Buscar a participação de todos os setores interessados, de forma que a participação seja a mais ampla possível;
 - Adotar outros meios de consulta da população, como a pesquisa de opinião pública, por exemplo.
 - Trabalhar no sentido de consolidação da idéia de planejamento de bairro e não apenas de solução de problemas pontuais, estimulando o debate e a formulação de propostas gerais para a cidade.

CONSELHOS E FÓRUNS

- Incentivar o funcionamento dos conselhos já formalizados, fomentando a criação de novos conselhos e fóruns, garantindo condições ao seu funcionamento. É preciso ter claro que a criação e o funcionamento desses órgãos só se dará a partir da participação da sociedade e não apenas da vontade do governo municipal.
- Assim, é fundamental a criação do Conselho da Cidade, como previsto no Plano Diretor: Art. 8º - Para fins de acompanhamento avaliação será criado o Conselho das Cidades, de caráter deliberativo e consultivo. Com atribuições definidas no Art. 9º - São objetivos do conselho: (a) Zelar pela aplicação do Plano Diretor e suas alterações (b) Apreciar os planos e projetos relativos ao desenvolvimento socioeconómico - ambiental; (c) Receber e encaminhar para discussões matérias oriundas de setores da sociedade que seja de interesse coletivo; (d) Propor ao poder executivo estudos sobre questões que entender relevante; (e) Instalar comissões para assessoramento técnico composta por integrantes do conselho das cidades, podendo valer-se de integrantes do poder executivo bem como de colaboradores externos; (f)

- Os projetos de lei, planos e programa, inclusive projetos de lei de iniciativa popular e oriundos da Câmara Municipal que busquem a realização das diretrizes dessa lei complementar serão encaminhados ao Conselho das Cidades para parecer.

APOIO ÀS AÇÕES

- Criar uma estrutura nas áreas da administração que garanta a implementação dos canais de Participação Popular;

- Capacitar o funcionalismo a formular novas metodologias de trabalho que incorporem a participação popular.

- Criar uma política de comunicação que seja um instrumento de informação da opinião pública, procurando contemplar não apenas as realizações executadas ou a serem executadas, mas os problemas urbanos e seus desafios.

- Assumir o caráter pedagógico da participação popular, o que significa:

- Encarar os conflitos, não como ameaça, mas como espaços privilegiados de aprendizado, pois a partir das diferentes leituras que se tem da cidade é que se poderá formular uma visão mais global dos problemas e superar o corporativismo e o "bairrismo", abrindo perspectivas para a participação em canais cada vez mais amplos;

- Estabelecer programas de formação para que a população possa se apropriar de informações e mecanismos de funcionamento da administração.

4. EDUCAÇÃO

As políticas educacionais desenvolvidas no âmbito federal, estadual e municipal têm produzido uma educação de má qualidade, que aumenta a exclusão da maioria da população do pleno exercício da cidadania, o que pode ser concretizada se o indivíduo estiver inserido:

- No mundo do trabalho, podendo construir bases que permitam uma existência digna e autônoma;

- No mundo das relações sociais, pelo princípio da equidade;

- No mundo das relações simbólicas, permitindo usufruir bens e valores produzidos pela humanidade.

As propostas educacionais devem, portanto, assumir o desafio de procurar caminhos que preparem os membros da sociedade para o trabalho e para a vida social, cultural e para a participação política.

A Emenda Constitucional 233 mudou substancialmente as responsabilidades das três esferas de poder, trazendo um impacto significativo na atual estrutura municipal de serviços de educação e no montante de recursos disponíveis no município, o que acarreta mudanças de vulto na composição geral dos gastos municipais.

Do ponto de vista do serviço de educação, o produto dessa alteração constitucional fez com que o governo municipal assumisse o ensino de primeiro grau. Como consequência, nossas propostas de educação com qualidade deverão estar adequadas a esta atribuição municipal.

4.1 DIRETRIZES BÁSICAS

- Melhoria da qualidade da educação através da democratização da gestão, discutindo com o conjunto da sociedade um projeto educacional para o município.
- Democratização do acesso à Educação de qualidade com a implementação de programas que, em longo prazo, universalizem o atendimento e o acesso através de critérios claros e objetivos.
- Estímulo à permanência na escola, através do estabelecimento de condições materiais.
- Criação de condições para que os indivíduos se capacitem frente às demandas e exigências do mundo do trabalho.
- Desburocratização e racionalização dos processos pedagógicos e administrativos, facilitando a participação da comunidade.
- Realização de parcerias com entidades da sociedade civil e o setor privado com a finalidade de superar a escassez de recursos compartilhando as atividades.
- Investimento na melhoria das condições de trabalho e na formação permanente dos professores.

4.2 PROPOSTAS DE AÇÃO

4.2.1 EDUCAÇÃO INFANTIL

- Criar um serviço de Apoio à Educação Infantil.
 - Fortalecer as relações com entidades que possam manter creches conveniadas com a Prefeitura.
 - Propor suporte técnico na criação do serviço e acompanhamento pedagógico, numa parceria entre prefeitura, sindicatos e iniciativa privada.
- Viabilizar um projeto de escola aberta à participação da população, nos seus vários aspectos:
- No processo ensino-aprendizagem, apresentando e discutindo com os pais a proposta pedagógica;
 - Nas decisões de caráter administrativo, definição do regimento interno da escola, manutenção do prédio etc.
 - Na avaliação de desempenho dos profissionais;
 - Na escolha do Diretor da Unidade Escolar;
 - Na compra dos materiais escolares.

4.2.2 EDUCAÇÃO PARA O TRABALHO

- Desenvolver projetos de capacitação profissional, em parceria com a sociedade civil, capazes de direcionar o trabalhador à autonomia na condução de suas tarefas, favorecendo o domínio da linguagem e o pensar científico e analítico.
- Dar ao projeto de formação profissional flexibilidade para que possa atender as demandas específicas e permanentes de qualificação de jovens e adultos, empregados e desempregados.
- Mobilizar a Universidade, o segundo grau municipal, as escolas técnicas, o Estado e entidades da sociedade civil para a coparticipação neste projeto.

4.2.3 EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

- Ampliar o serviço de educação de jovens e adultos, mobilizando a sociedade civil para a realização de uma frente ampla de combate ao analfabetismo.
- Implantar um serviço educacional em turnos, facilitando o acesso do trabalhador.

4.2.4 EDUCAÇÃO ESPECIAL

- Integrar socialmente o portador de deficiência a partir do princípio de escola inclusiva eliminando o caráter segregacionista do serviço.
- Realizar censo com a finalidade de identificar dados estatísticos da população portadora de deficiência.

4.2.5 TERCEIRO GRAU

- Estreitar o vínculo da UNEMAT com a Prefeitura de maneira a compartilhar os interesses, auxiliando-se mutuamente no desenvolvimento de programas.
- Contribuir para que a UNEMAT se integre mais à comunidade, prestando serviços e produzindo conhecimento e tecnologia.
- Garantir a destinação de recursos para a melhoria da qualidade de ensino, produção científica, a prestação de serviços à comunidade e a qualificação para o mundo do trabalho.
- Instigar a comunidade acadêmica a discutir projetos conjuntos, tais como o incentivo à formação continuada dos professores da rede estadual e municipal de Cáceres.
- Fortalecer e ampliar a luta pela manutenção e ampliação da UNEMAT em Cáceres.

4.2.6 SEGUNDO GRAU

- Manter o nível de qualidade de ensino, recuperando o paradigma de escola de aplicação.

4.2.7 ATIVIDADES COMPLEMENTARES

- Realizar atividades educativas, juntamente com outras secretarias, que promovam o entendimento e a discussão de temas variados como: meio ambiente, esportes, cultura, criança e adolescente, terceira idade, saúde, gênero etc.
 - Realizar Congressos Municipais de Educação com o objetivo de mobilizar a sociedade na busca de soluções aos problemas dessa área, transformando a cidade num polo de referência sobre o tema.
- Realizar avaliações de desempenho do conjunto dos serviços e das unidades escolares, com critérios objetivos e transparentes, envolvendo usuários, funcionalismo e administração.

5. CIDADE AGRADÁVEL

O conceito de cidade agradável procura expressar o fato de que, no imaginário da população, o município precisa oferecer a seus moradores, de modo democrático, uma boa qualidade de vida. Numa cidade já bastante urbanizada, a qualidade de vida

depende, em grande medida, de pequenas obras e da prestação de um conjunto de serviços públicos voltados à vida cotidiana.

Em particular, é preciso dar atenção à qualidade dos espaços públicos que criam e valorizam uma percepção positiva da cidade pelos seus moradores como, por exemplo, áreas centrais da cidade e locais de encontro. Morar bem é sentir-se bem na cidade onde se reside, é orgulhar-se dela em função de uma identidade local positiva.

É certo que todas as propostas contidas no Programa de Governo, de alguma forma, contribuem para tornar a cidade agradável. Mas é preciso estabelecer um conjunto de ações específicas voltadas exclusivamente a este propósito.

Como a percepção de cada indivíduo acerca da qualidade de vida é muito diferenciada e traduz uma série de valores, alguns subjetivos, que interferem na forma como o cidadão se relaciona com o espaço urbano, vamos traduzir concretamente o nosso conceito de cidade agradável. Apontamos quatro categorias simbólicas que, no seu conjunto, devem expressar esta idéia: Cidade mais bonita; Cidade com mais cultura, esporte e lazer. Cidade com trânsito bom e Cidade mais segura.

6. CIDADE MAIS BONITA

Cidade mais bonita pressupõe:

- Cidade mais limpa, com a manutenção e aperfeiçoamento dos serviços de varrição e coleta do lixo, além do disciplinamento da coleta de entulho e da adequada destinação dos resíduos sólidos;

- Cidade mais florida com o plantio em logradouros públicos, especialmente nas margens do rio Paraguai, de espécies floríferas e manejo das árvores existentes, visando impactar a paisagem da cidade com floradas massivas;

- Cidade com mais áreas verdes através da implantação e conservação de praças, parques públicos, áreas verdes e arborizadas;

- Cidade com equipamentos e espaços públicos bem construídos e conservados a partir do desenvolvimento de padrões urbanos diferenciados que representem novos signos urbanos, favorecendo a afirmação da identidade da população com a cidade;

- Cidade com centro mais bonito através de renovação urbana, especialmente nas áreas de beira-rio, reconhecidamente espaços públicos de encontro com a natureza;

DIRETRIZES BÁSICAS

- Recuperação do conceito de valorização de centros de bairro, corredores de circulação e centro da cidade garantindo em todos os espaços de uso público intensivo, serviços de qualidade nas áreas de manutenção viária, varrição, cata-papel, roçagem, jardinagem, poda de árvores, e iluminação.

- Prioridade ao planejamento integrado dos trabalhos de manutenção da cidade, garantindo assim melhores resultados e potencializando ganhos de produtividade nas equipes envolvidas.

- Aumento da produtividade e da eficiência nas intervenções da prefeitura, para o que é fundamental o envolvimento do conjunto dos servidores.

- Viabilização de alternativas técnicas em nível local e regional que garantam a adequada destinação dos resíduos sólidos.

- A coleta seletiva de lixo deve sair do plano discursivo para ser firmemente implementada como instrumento da formação da cultura de redução de desperdícios

visando, em última instância, a redução global do volume de resíduos sólidos domiciliares.

- Definir parâmetros de qualidade de edificações e serviços que possam ser controlados socialmente pela população.

- Parcerias com segmentos do setor privado na viabilização de intervenções de maneira a aumentar o leque das ações públicas na cidade e estabelecer interlocutores para a gestão de espaços de uso múltiplo.

- No campo da produção de obras trata-se de fazer nos prazos, fazer mais barato nos prazos e com qualidade.

- O conceito a ser adotado nas intervenções com obras novas, ou recuperação de antigas, deverá ser o de custo anual estimado de operação e não simplesmente o investimento inicial de produção.

- O programa de edificações deverá considerar o usuário da edificação como agente privilegiado para o estabelecimento dos problemas relacionados à operação e uso dos equipamentos públicos.

- Pesquisar e inserir novas tecnologias construtivas que reduzam custos e promovam ganhos de qualidade na execução de obras.

- Observar a condição de Patrimônio Histórico e Cultural de Cáceres, considerando seu tombamento pelo IPHAN.

PROPOSTAS DE AÇÃO

- Captar recursos externos em prazos exequíveis, priorizando-se a busca de parcerias, para a solução do problema da destinação final do lixo.

- Realizar estudos para a extensão física da área do aterro ou implantar - projetos que otimizem sua capacidade, respeitando os projetos de caráter regional.

- Implementar uma política específica para a destinação do lixo hospitalar privilegiando-se uma solução regional, garantindo-se de outro modo o não lançamento de resíduos contaminados no aterro sanitário.

- Implementar um sistema eficiente de limpeza de ruas que leve em conta a frequência de utilização da via.

- Tratar a questão do entulho em locais inadequados, desenvolvendo ações públicas informativas sobre o tema, punindo severamente os infratores, disciplinando o setor de construção civil e criando facilidades para destinação mais econômica dos materiais inertes.

- Implementar um projeto “Estação Entulho” para sediar nos bairros áreas de destinação posicionadas próximas aos pontos de despejo de entulho e operar o transbordo destes materiais para centrais de acumulação.

- Estimular a redução voluntária do volume de resíduos gerados, através de programas educativos, da implantação da coleta seletiva e do estímulo à implantação nas indústrias da norma ISO.

- Desenvolver o programa de coleta seletiva em três linhas: educativa, lixo domiciliar e lixo industrial.

- Implantar e operar de forma progressiva a coleta seletiva de lixo domiciliar.

- Estimular a ampliação do mercado de reciclagem através de um enfoque regional e extra regional para o problema.

CIDADE MAIS FLORIDA E COM MAIS ÁREAS VERDES

- Promover o plantio de espécies floríferas e tratar as árvores existentes com o objetivo de impactar a paisagem urbana, em parceria com a sociedade civil.
- Criar miniparques e praças de vizinhança na periferia, operando o replantio destas áreas com espécies nativas.
- Investir na infraestrutura da Região Central, transformando-o em área de lazer regional.

CIDADE COM EQUIPAMENTOS E ESPAÇOS PÚBLICOS BEM CONSTRUÍDOS E CONSERVADOS

- Implantar sistemática de ação integrada com grupos-tarefa especializados em manutenção e recuperação de logradouros públicos, com múltiplas atribuições que atuem de forma coordenada e eficaz na conservação da cidade.
- Buscar, junto ao mercado, soluções na área de mobiliário urbano que contribuam para a construção da identidade de um projeto global voltado à melhoria da qualidade de vida na cidade.
- Tornar mais efetiva a legislação de manutenção dos passeios públicos de maneira que estes se mantenham em boas condições de utilização.
- Implantar um sistema de zeladorias através de profissionais prestadores de serviços, gerenciados pelos responsáveis pelos equipamentos públicos, respondendo por um leque pré-definido de serviços.
- Incentivar a limpeza e a recuperação das fachadas evitando a poluição visual.
- Readequar o mobiliário urbano, recuperando e implantando lixeiras, orelhões, bancos, floreiras, postes, placas etc.
- Melhorar a infraestrutura de apoio oferecendo melhores serviços de orientação, informação ao consumidor, pontos de encontro, mapas de localização, etc.
- Implantar projetos de iluminação que aumentem a beleza e a segurança.
- Disciplinar o comércio ambulante.
- Possibilitar o livre acesso aos moradores através da organização dos transportes, garantia de estacionamento e redimensionamento de calçadas.
- Preservar e valorizar o patrimônio cultural e ambiental, recuperando prédios importantes, em especial no perímetro tombado.
- Incentivar a diversidade de usos a fim de garantir ao Centro uma vida permanente, minorando a possibilidade de degradação de áreas.

7. CIDADE COM MAIS CULTURA, ESPORTE E LAZER.

O mundo contemporâneo entende cultura, esporte e lazer como um direito do cidadão que precisa criar, experimentar, investir, se superar, se divertir e contribuir com o desenvolvimento da humanidade.

Neste sentido a gestão pública de cultura, esporte e lazer deve ter como meta o direito do cidadão e o seu trabalho de criação. É o momento da representação e participação da sociedade cacerense no fazer cultural e artístico. O momento de realizar experiências, interações, criar visões de mundo e desenvolver novas capacidades criadoras.

Trata-se de transformar Cáceres em um polo cultural e esportivo através de sua inserção no circuito dos grandes eventos de nível nacional e internacional, reforçando o orgulho do cidadão cacerense pela cidade.

DIRETRIZES BÁSICAS

- Afirmação de Cáceres como polo cultural e esportivo.
- Garantir espaços para a participação dos produtores culturais na implementação e formulação de projetos culturais.
- Criar formas eficientes de captação de recursos junto à iniciativa privada para projetos de cultura, esporte e lazer, a partir dos mecanismos legais existentes.
- Criar incentivo aos patrocinadores para que invistam na formação e manutenção de equipes esportivas de modo a recuperar a representatividade do esporte competitivo em Cáceres.

PROPOSTAS DE AÇÃO CULTURA

- Implementar espaços onde o cidadão entre em contato com o que há de mais avançado no mundo tecnológico na área da programação visual, artes plásticas e literatura.
- Instalar nestes espaços em parceria com empresas de informática, os equipamentos e as redes para os cidadãos navegarem pelo mundo, a partir de recursos de comunicação de última geração, ligados à Internet.
- Transformar a Biblioteca Municipal em centro de difusão e produção literária:
- Dinamizando as atividades, tornando-as espaços de vivências inovadoras;
- Democratizando a informação com a integração de escolas municipais e estaduais e Universidades;
- Informatizando-as, possibilitando programas de leitura e desenvolvendo novos mecanismos de empréstimos de livro, onde o usuário não precisará se deslocar ao centro da cidade para retirar ou entregar um volume. Deve-se ainda implementar linhas para acesso à Internet e programas culturais;
- Ampliando e reorganizando especialmente o acervo de literatura infanto-juvenil, facilitando o fluxo e melhorando a convivência dos usuários, onde pais e filhos possam frequentar juntos suas instalações;
- Na área de museologia e preservação da memória:
 - Transformar o Museu em um centro de aperfeiçoamento técnico que seja referência de toda a região;
 - Aperfeiçoar e ampliar as oficinas e workshops de restauro, museologia e museografia;
 - Desenvolver uma política específica na área da preservação da memória a partir do inventário dos bens culturais da cidade, participando do debate sobre o crescimento e reordenamento das cidades, com a participação da iniciativa privada.
 - Desenvolver políticas de difusão da memória local e regional e participar das discussões e da organização de um Arquivo Público.
 - Retomar a ação nos *Centros Comunitários*, tornando-os pontos de referência da ação cultural nos bairros e expandindo suas atividades para outros espaços.
 - Potencializar o Programa “Orquestra Jovem de Cáceres” no sentido de se desenvolver a formação musical.
 - Fortalecer as ações com a iniciativa privada, de modo a permitir que a Orquestra se torne um centro produtor de música, permitindo experiências de teatro, dança, etc.

- Expandir a área de divulgação das atividades da orquestra para além das fronteiras da cidade.
- Criar o Coral Municipal, ampliando as possibilidades de repertório e diversificando as produções musicais da Orquestra.
- Desenvolver projetos musicais com outras entidades,
- Desenvolver o projeto “Cáceres Noite e Dia”, com atividades culturais permanentes no centro da cidade, com a realização de intervenções culturais em praças públicas e ruas, durante o dia e a noite.
- Desenvolver o projeto tipo “Sobre Todas as Coisas” onde possam ser discutidos temas da contemporaneidade como economia, lazer, cultura, ciência e tecnologia em espaços culturais do centro da cidade - públicos ou não.
- Realizar ações na área da cultura e lazer, investindo em oficinas de arte e apresentações de vídeos, shows e espetáculos, a exemplo do que se pretende com os Centros Comunitários.
- Realizar um censo cultural para melhor conhecimento dos produtores e produtos culturais que a cidade dispõe, buscando detectar espaços a serem abertos para divulgação e aprimoramento da produção local.
- Desenvolver, com apoio da iniciativa privada, uma agenda das atividades culturais do Município, incluindo também a programação cultural dos bares, cinemas, livrarias, etc.
- Implantar o *Fórum Regional de Cultura* como um espaço de debates sobre as experiências na área de cultura, com o intercâmbio entre as cidades da região e outras entidades, brasileiras ou não, de gestão cultural, bem como Universidades de modo a melhor qualificar as ações na área de cultura.
- Viabilizar a formação de um circuito cultural que integre as cidades da Região, de modo que a produção de uma cidade possa percorrer os espaços culturais das demais, proporcionando a troca de informações na busca da identidade regional.

ESPORTES E LAZER

- Fortalecer a Secretaria Municipal de Esportes e Lazer – SEMEL.
- Organizar eventos esportivos de modo a resgatar as atividades tradicionais nos bairros e na região central da cidade.
- Reestruturar a organização dos Jogos Escolares, criando divisões distintas, com esportistas federados e não federados, de modo a incentivar maior participação das escolas.
- Realizar a manutenção dos campos de futebol pertencentes ao poder público municipal, democratizando o seu uso para o maior número possível de equipes.
- Estimular as escolinhas de futebol, organizando campeonatos ou torneios com os times.
- Criar o projeto “Nas Águas de Cáceres” intensificando o uso das nossas praias naturais, competições de canoagem, natação, etc.
- Manter e ampliar com novas estratégias o programa de ginástica para adultos e terceira idade, estimulando o convívio social e encontros entre os grupos através de torneios recreativos e outras atividades.
- Organizar roteiros para atividades ciclísticas nos finais de semana e feriados.
- Promover competições e organizar espaços para a prática de esportes radicais, respeitando a tradição destas modalidades na região e o apoio dado a estes grupos pela mídia.

- Garantir o atendimento da pessoa portadora de deficiência, criando programas especiais de educação física adaptada para grupos específicos.
- Manter e melhorar as equipes esportivas, incentivando não só a categoria principal, mas mantendo um trabalho de base com as categorias menores.
- Propor a criação de um Fórum Esportivo de caráter regional a fim de discutir - as políticas públicas voltadas ao esporte, favorecendo a troca de experiências.
- Garantir, em parceria com a iniciativa privada, federações esportivas e entidades como o SESI, a recuperação e a manutenção dos espaços subutilizados;
- Intensificar o serviço de lazer nos Centros Comunitários da cidade, particularmente, os jogos de recreação durante os finais de semana e férias.
- Democratizar o uso dos Centros Comunitários entre seus vários grupos de usuários, realizando atividades recreativas diversificadas, incentivando a participação da comunidade na proposição e organização destas atividades.
- Implantar um serviço permanente de lazer e orientação às práticas esportivas e corporais, contemplando os vários gêneros de usuários que os frequentam e as especificidades de cada área.
- Desenvolver o projeto *Caminhando em Cáceres*;
- Buscar a regulamentação das ruas de lazer, estimulando que elas funcionem nos bairros mais carentes de espaços de recreação.
- Desenvolver o *Projeto Férias em Cáceres*, com atividades de recreação por meio de oficinas de lazer, cursos esportivos, etc.
- Criar convênios com Academias de preparação física, buscando trabalhos conjuntos na área de recreação e atividades esportivas nos espaços de lazer da cidade.

8. CIDADE COM TRÂNSITO BOM

É fundamental assumir de fato as atribuições decorrentes da municipalização do trânsito, capacitando a área para intervir com autonomia na gestão do tráfego, garantindo a redução do número e a gravidade dos acidentes, aumentando a fluidez na circulação dos veículos e investindo na educação para o trânsito.

DIRETRIZES BÁSICAS

- Garantia de fluidez do trânsito.
- Investimento em tecnologias para controle de tráfego e em ações de fiscalização que visem à segurança e melhoria de fluidez no trânsito.
- Prioridade às ações de melhoria na pavimentação das vias que utilizadas no tráfego de coletivos, possibilitando ganhos na redução do tempo das viagens e aumento do conforto para o usuário.
- Prioridade ao pedestre, o que significa tratar calçadas e interseções com o mesmo cuidado de engenharia que é dispensado ao sistema viário.

PROPOSTAS DE AÇÃO

- Identificar os principais pontos de conflito e estrangulamento de trânsito, propondo soluções no campo da sinalização e operação do tráfego.
- Promover adequações geométricas, cortes de canteiros, construções de ilhas ou outras pequenas intervenções no viário que tenham grande efeito no tráfego, tanto ao nível da segurança quanto da fluidez, garantindo o quesito acessibilidade.

- Rever e aprimorar a sinalização de orientação do tráfego, de maneira a hierarquizar e tratar diferenciadamente os “corredores de carga”, protegendo assim as vias internas do tráfego de passagem.

- Estabelecer diretrizes aos empreendimentos comerciais, geradores de tráfego, para que os mesmos garantam condições adequadas de acesso ao viário existente e de vagas de estacionamento.

- Investir em parcerias para a Educação de Trânsito, tanto através de campanhas dirigidas aos usuários (motoristas, pedestres, ciclistas, patinadores etc.) quanto em ações voltadas à escola no sentido de formar no médio prazo o usuário do trânsito.

9. CIDADE MAIS SEGURA

A solução para o problema da segurança não pode ser alcançada de imediato e apenas a nível local. No entanto, há medidas concretas de manutenção urbana que podem contribuir para que a população se sinta mais segura.

DIRETRIZES BÁSICAS

- Redução dos fatores que propiciam a ação de violência urbana.
- Através do Conselho de Segurança, participar efetivamente da articulação de ações entre Defesa Civil, Corpo de Bombeiros, Polícia Militar e a Polícia Civil.

PROPOSTAS DE AÇÃO

- Junto às Polícias garantir policiamento diferenciado nas áreas de maior afluxo de pessoas, investindo, se for necessário, na infraestrutura de apoio, inclusive com a implantação de sistema de monitoramento por câmeras.

- Eliminar as zonas escuras, podando árvores que obstruam luminárias, substituindo lâmpadas por outras de melhor desempenho de aclaramento e ampliando o número de vias iluminadas.

- Promover a construção muros/fechamentos de terrenos baldios e sua limpeza para eliminar pontos inseguros na cidade, seja por ação direta da Prefeitura ou através de notificação do proprietário.

10. POLÍTICAS URBANAS

- A formulação e implementação da política de Desenvolvimento Urbano deve considerar a ação dos agentes produtores da cidade.

- A política de desenvolvimento urbano, articulando as ações econômicas, urbanas e regionais se estruturará em torno do fomento ao desenvolvimento econômico com geração de emprego e renda e a democratização do acesso a terra, à moradia e aos serviços públicos.

Além de aspectos expostos em vários outros pontos deste documento, tais como habitação, desenvolvimento econômico e Cidade Agradável, as diretrizes básicas da política de desenvolvimento urbano deverão considerar:

- Cumprimento da função social da cidade e da função social da propriedade, trabalhando com a concepção e os instrumentos de reforma urbana garantidos na Constituição Federal e Lei Orgânica do Município.

- Democratização do planejamento e gestão da cidade, garantindo o acesso à informação, à participação, construindo o controle social sobre os processos decisórios nos vários níveis.

- Evitar ao máximo a geração ou perpetuação de clandestinidades que fomentam a informalidade e consequentes conflitos sociais.

- Empreender esforços no sentido de orientar os processos de adensamento, adequando-os à infraestrutura urbana implantada.

- Implementar o planejamento a partir dos bairros, favorecendo o encontro dos agentes diretamente envolvidos na construção do espaço urbano, fortalecendo a identidade do bairro no conjunto da cidade.

- Produzir e sistematizar informações acerca dos diversos trechos da cidade, buscando o resgate da memória e a valorização das diversidades que caracterizam o cenário urbano.

- Recuperar a identidade e fortalecer a memória da cidade, enfatizando sua história, potencializando a cidadania pela recuperação da autoestima.

- Combater a segregação da cidade, buscando sua integração territorial, dedicando especial atenção aos distritos que compõem o município.

HABITAÇÃO

A administração municipal representa uma pequena parcela do poder do Estado em nossa sociedade e, portanto, não pode ter a pretensão de implementar, sozinha, uma política habitacional que dê conta de todos os problemas relativos à questão. Até mesmo porque a maior parte dos recursos destinados à habitação - oriundos do FGTS ou do ICMS - continua centrada nos governos Federal e Estadual.

A política habitacional se pautará pela participação popular em todas as etapas, desde a definição dos recursos para a área na elaboração do orçamento, passando pela distribuição dos recursos destinados e pela gestão dos empreendimentos até a execução dos mesmos.

DIRETRIZES BÁSICAS

- Articulação da política habitacional com a política urbana. Não apenas porque o suprimento de habitação demanda outras necessidades, mas principalmente porque, em ambas, a questão fundiária exerce papel decisivo e determinante.

- Trabalho permanente e competente junto aos órgãos responsáveis pelos financiamentos e programas, visando à obtenção de recursos externos.

- Garantia de investimentos prioritariamente a programas que visem atender o maior número de famílias com o menor custo, garantindo a qualidade da habitação.

- Desenvolvimento de programas diversificados, porque são diferenciados os perfis das demandas, as situações físicas e ambientais.

- Gestão conjunta da política habitacional do município através de canais de participação tipo “Conselho Municipal de Habitação”.

- Incentivo à autogestão de programas e empreendimentos habitacionais.

- Realização de parcerias e convênios com o governo estadual no sentido de promover a regularização, urbanização e produção de moradias.

- Integração da Prefeitura à luta travada pelos movimentos de moradia e reforma urbana por uma nova política habitacional para o país.

PROPOSTAS DE AÇÃO

PROVISÃO HABITACIONAL

- Buscar a qualidade do projeto arquitetônico e da construção de moradias utilizando-se de novas tecnologias e materiais, componentes e sistemas construtivos, através de convênios com Universidades, Centros de Pesquisa etc.
- Tomar iniciativas conjuntas com empreendedores privados, movimentos sociais e sindicatos, na formação de cooperativas, associações e consórcios, visando atender a demandas específicas.
- Promover parcerias com a iniciativa privada no sentido de estimular a produção para o mercado de baixa e média renda, abrangendo entre outros, o apoio e subsídio à infraestrutura, a diminuição dos custos, a comercialização e a viabilização conjunta de financiamentos.
- Estimular e apoiar a produção de lotes urbanizados.
- Estruturar um “Serviço de Moradia Econômica”, aperfeiçoando a execução de projetos de residências e a assistência técnica na execução.
- Buscar soluções que compatibilizem a preservação ambiental e o direito à moradia e aos serviços públicos dos moradores das regiões de mananciais, através de um amplo debate com suas associações, os movimentos ambientalistas, a comunidade técnica e órgãos estaduais.

URBANIZAÇÃO

Buscar a urbanização de ocupações, através de:

- Regularização urbanística, consistindo na definição do sistema viário, no parcelamento em lotes, na execução das obras de infraestrutura e em obras de paisagismo;
 - Regularização fundiária;
 - Reconstrução das casas, com projeto e assistência técnica fornecidos pela Prefeitura ou assessorias técnicas.
- Buscar a regularização fundiária das áreas já ocupadas, por diferentes formas:
 - Nas ocupações passíveis de urbanização, transformando-as em AEIS - Áreas Especiais de Interesse Social - prevendo sua urbanização e a titulação da posse da terra através da concessão do direito real de uso;
 - Nas áreas particulares já ocupadas, a Prefeitura atuará como intermediadora entre ocupantes e proprietários, buscando a negociação;
 - Nas áreas ocupadas passíveis de implantação de Usucapião Coletivo, garantir a assessoria jurídica aos ocupantes, prevendo a posterior urbanização da área.
- Garantir a manutenção dos moradores nos locais, o que em alguns casos pode significar a verticalização das construções ou outras soluções.
- Priorizar a atuação em áreas que oferecem riscos, em especial nas áreas ribeirinhas, através das ações preventivas e de orientação aos moradores; da execução de obras de contenção, drenagem e da imediata remoção nos casos urgentes.
- Mapear as áreas com vocação habitacional e não produtivas, estudando sua transformação em AEIS.

CONTROLE URBANO

- Elaborar um novo Código de Obras e uma nova Lei de Uso e Ocupação do Solo, que superem todo o atual complexo de leis, decretos, normas, procedimentos internos que hoje determinam os processos de aprovação, fiscalização e uso do solo.

Isto simplificará os procedimentos, tornando mais claro para o cidadão aquilo que hoje é complexo até mesmo para os técnicos da área.

- Facilitar o acesso à legislação e aos procedimentos para construção e uso do solo, através de debates públicos da nova legislação, publicação de cartilha sobre a legislação e consultas via Internet.

- Estabelecer uma ação conjunta com as entidades de fiscalização e de representação dos profissionais de projetos e obras (CREA, ACENA, SINDUSCON e outros Sindicatos), combatendo o mau exercício profissional e buscando democratizar o acesso ao trabalho, melhorando a qualidade do mesmo voltando-o ao controle efetivo da legalidade e qualidade das construções.

- Desenvolver uma política rigorosa de combate à formação de loteamentos clandestinos, bem como apoiar a população na regularização dos já existentes, examinando cada caso individualmente.

PARTICIPAÇÃO POPULAR

- Estimular o avanço em direção aos Encontros Municipais de Habitação e à estruturação de um “Conselho Municipal de Habitação”, paritário e deliberativo.

Quanto à Forma de Gestão, é possível subdividir os programas em duas modalidades:

- Auto-Gestão, através de Associações de Moradores, Cooperativas, etc., onde os recursos serão repassados diretamente às mesmas, que contratarão e/ou executarão diretamente os projetos e obras, e onde caberá ao Poder Público o papel de fiscalização, informatização e supervisão técnica.

- Gestão pelo Poder Público, dentro dos princípios da cogestão e participação popular, o gerenciamento, a aplicação dos recursos e a execução/ contratação dos projetos e obras.

11. MEIO-AMBIENTE

O município de Cáceres, assim como os demais na região, cresceu de forma desordenada e isso trouxe consequências danosas aos cidadãos no que diz respeito ao meio ambiente.

Neste cenário, é necessário que a administração crie políticas de âmbito regional mais sólidas, participando com os demais municípios na formulação de planos estratégicos. Dessa forma, o crescimento será conduzido de maneira sustentável, assegurando mudanças consideráveis que proporcionem uma melhor relação com o meio ambiente.

DIRETRIZES BÁSICAS

- Melhor qualidade de vida a partir de um meio-ambiente equilibrado.

- Coordenação das ações políticas e administrativas relativas ao meio ambiente, no âmbito do governo municipal, concentrando os esforços e a aplicação de recursos dos diversos órgãos da administração direta e indireta.

- Captação de recursos voltados a programas ambientais.
- Compromisso de trabalho junto ao movimento ambientalista, respeitando sua diversidade e fortalecendo sua ação, visando o envolvimento e participação na busca de melhores condições ambientais.
- Garantir a proteção de mananciais, cumprindo uma função social primordial de fornecimento de água em quantidade e qualidade adequadas para o abastecimento da população.

PROPOSTAS DE AÇÃO

- Garantir que o Conselho Municipal Defesa do Meio Ambiente, promova uma maior participação da sociedade na identificação e na solução dos principais problemas ambientais. Enquanto fórum privilegiado de participação nas questões afins.
 - Estimular o aperfeiçoamento e a capacitação dos membros do Conselho e de suas entidades representativas, em parceria com outras entidades e instituições interessadas.
 - Buscar soluções que compatibilizem a preservação ambiental e o direito à moradia e aos serviços públicos dos moradores das regiões de mananciais, através de um amplo debate com suas associações, os movimentos ambientalistas, a comunidade técnica e órgãos estaduais.
 - Desenvolver programas com enfoques específicos tais como Coleta Seletiva de Lixo, Arborização Urbana, identificação de vias potenciais que possam receber tratamento de estradas-parque, etc., voltados à educação ambiental.
 - Buscar a atuação conjunta e coordenada de órgãos afins, com os setores de fiscalização de obras, limpeza pública e tributos, entre outros da administração municipal, atuando em sintonia com os demais setores afins das esferas Federal e Estadual.
 - Criar um programa de educação ambiental abrangente.
 - Aplicar projetos alternativos para tratamento de esgotos localizados nas microbacias.
 - Introduzir o conceito de higienização de áreas, que implica na retirada de todo e qualquer lixo e entulho, implantação de vegetação de maior rusticidade e valor ornamental e fiscalização em parceria com a comunidade.
 - Propor alternativas de solução para questões como poluição industrial, das águas, resíduos sólidos, mananciais, enchentes, ecoturismo, em conjunto com os diversos segmentos da sociedade civil, implantando-as em parceria com instâncias regionais.
 - Intensificar os esforços de parceria com os órgãos e empresas da esfera estadual, buscando, sobretudo, maior eficácia e transparência das intervenções em curso e das propostas para a região.
 - Estruturar um sistema de informações que contenha as intervenções, atividades, programas e projetos que interfiram no meio ambiente, priorizando, inicialmente, as de responsabilidade do poder municipal.
 - Promover a identificação, a valorização paisagística e a conservação de nascentes e trechos dos cursos d'água ainda não ocupados, diagnosticando a potencialidade de recuperação ambiental, em médio e longo prazos.
 - Incentivar o aumento das áreas não revestidas, pavimentadas ou impermeabilizadas no interior das propriedades particulares, elevando a capacidade

de absorção das águas de chuva e, conseqüentemente, amenizando o impacto das enchentes.

- Buscar a institucionalização de jardins, aproveitando as áreas já existentes.
- Elaborar uma legislação municipal específica para a proteção e o enriquecimento da vegetação.
- Realizar convênios com Universidades, Escolas Técnicas e Institutos de Pesquisa que capacitem o município para o controle dos níveis de ruído na cidade, conforme legislação específica.
- Capacitar funcionários, através de convênios com a Universidade Estadual e/ou outros órgãos, para fiscalização de áreas que sofrem alta concentração de poluentes.
- Regulamentar a publicidade urbana resguardando o princípio da estética da cidade, preservando a segurança das edificações e dos transeuntes.

12. SANEAMENTO

A política municipal de saneamento deve incorporar não só os aspectos relativos à distribuição de água, coleta e tratamento de esgoto, mas também às questões ligadas à drenagem urbana.

É preciso adotar uma visão mais abrangente do saneamento que leve em conta as questões ligadas à higienização da cidade, interagindo com as áreas correlatas resultando em uma cidade mais agradável.

DIRETRIZES BÁSICAS

- Redução geral de custos e administração de uma política tarifária justa e eficiente.
- Retomada do atendimento às áreas da periferia e às populações concentradas em áreas irregulares.
- Geração de alternativas para infraestrutura sanitária nas regiões ocupadas em áreas de proteção de mananciais como o córrego Piraputangas, córrego do Sangradouro, etc.
- Buscar recursos externos para financiamento de obras de grande porte através da CEF, BID, BIRD E FINEP, priorizando a aplicação dos mesmos.
- Realização de ações coordenadas e integradas para soluções de problemas de inundações.
- Garantir de participação popular na gestão dos serviços.

PROPOSTAS DE AÇÃO

ABASTECIMENTO DE ÁGUA

- Implementar um PDAA - Plano Diretor de Abastecimento de Água necessário para a adequação do sistema às demandas atuais e futuras, contemplando a construção de reservatórios, a implantação de estações elevatórias, a adequação da setorização, a complementação de redes primárias e a recuperação das unidades de reservas comprometidas.
- Buscar solução definitiva e transparente para a gestão, pelo município, dos serviços de água e esgoto.

ESGOTAMENTO SANITÁRIO

- Ampliar os índices de cobertura, priorizando a implantação de redes coletoras.
- Buscar alternativas para a construção da ETE-Cáceres (Estação de Tratamento de Esgoto).
- Criar um código sanitário municipal, que verse, notadamente, sobre os sistemas de abastecimento de água e disposição de esgotos; instalações prediais; saneamento das edificações e controle ambiental através da implantação de normas ISO.

ÁREA DE PROTEÇÃO DE MANANCIAIS

- Prever a construção em áreas de proteção de mananciais, redes de água e esgotos integrados aos sistemas da cidade.
- Executar sistemas isolados de abastecimento, coleta e tratamento com a abertura de poços profundos e disposição de esgotos em sistemas de tratamento para pequenas comunidades.

DRENAGEM

- Aprofundar o planejamento e a operação da rede de drenagem urbana do município.
- Desenvolver um plano municipal de drenagem que contemple soluções de curto, médio e longo prazos e mecanismos de regulação da política pública visando o seu êxito.
- Apresentar alternativas para as áreas críticas de inundação na cidade, como os Bairros Cohab Velha, Cidade Alta, etc., com intervenção direta ou em conjunto com o governo estadual.

MODELO DE GESTÃO

- Combater a inadimplência.
- Retomar o desenvolvimento do GIS- Sistema de Informações Geográficas.
- Implantar uma nova relação com o usuário através de sistema de informações integrado ao sistema de controle da produção dos serviços.
- Institucionalizar um mecanismo de relações comunitárias para incentivar a participação de toda comunidade, inclusive dos grandes usuários.

13. TRANSPORTE PÚBLICO

O transporte coletivo por ônibus é como principal meio de transporte público da população de Cáceres encontra-se ainda com algum grau de ineficiência. Vem sendo substituído pelo serviço de moto táxi.

Estimular a qualidade do transporte por ônibus é uma das nossas metas, para tanto é fundamental o entendimento a cerca do termo qualidade quando voltado ao transporte. A pulverização das oportunidades aos prestadores deste serviço é um dos caminhos.

DIRETRIZES BÁSICAS.

A recuperação da qualidade do transporte, que implica em:

- Proximidade e conforto nos pontos de embarque de ônibus;
- Tempo de espera reduzido e confiabilidade na prestação do serviço;
- A viagem deve ser com conforto, sem apertos, solavancos e com segurança;
- Tempo de viagem reduzido com a realização do percurso no menor tempo possível;
- Ampla divulgação do conjunto das informações necessárias ao consumo do serviço.
- Regular a aplicação de preços justos, com a certeza de que o valor da tarifa corresponda ao valor mínimo necessário à cobertura dos custos do sistema de transporte.
- Implementação de parcerias com a iniciativa privada e setores da sociedade civil na busca de novas alternativas para o transporte coletivo.

PROPOSTAS DE AÇÃO

- Participação popular na concepção e implantação da política de transporte.
- Rever a forma de remuneração restabelecendo o pagamento por serviço prestado (km rodado), garantindo o mais amplo controle público sobre a operação do sistema de transporte, permitindo a liberdade no exercício do seu planejamento e potencializando a revisão de linhas, itinerários e frequência.
- Constituir uma “Câmara de Compensação Tarifária”, regulada pela Prefeitura, com a participação de todas as empresas prestadoras do serviço e representação dos usuários para recolher a receita do sistema e remunerar as empresas garantindo a sua auto sustentação.
- Introduzir novas tecnologias no controle do sistema de transporte
- Integrar o sistema municipal, buscando também sua integração ao transporte Intermunicipal. A racionalização da rede de transporte a partir de um conceito de integração total permitirá que se desmontem nódulos de deseconomias, possibilitando a redução do tempo e do custo das viagens.
- Estabelecer mecanismos de controle dos insumos que compõem os custos de operação do sistema.
- Implementar um rigoroso controle sobre as gratuidades já instituídas no sistema e atuar junto ao Legislativo (local, estadual e nacional) pela não instituição de gratuidades que não tenham indicadas expressamente suas fontes de custeio.
- Operacionalizar um Fundo Municipal de Transporte, necessário à captação de recursos específicos para gestão do sistema, em particular aqueles potencialmente originados do próprio sistema como taxas de gerenciamento, vistoria, multas etc. Além disto, deverá estar voltado à busca de recursos não provenientes do sistema, no sentido de possibilitar uma justa discussão sobre a tarifa social.
- Desenvolver um projeto de implementação, mediante concessão, de linhas de transporte seletivo, com tarifa diferenciada e veículos de maior conforto que sirvam de opção ao veículo individual.
- Atender à pessoa portadora de deficiência adaptando tanto o espaço urbano quanto o dos equipamentos urbanos para garantir a circulação e o acesso deste segmento de usuários aos vários tipos de transporte.

- Rever a regulamentação dos serviços de táxi no sentido de torná-los mais competitivos. Garantir a segurança no transporte escolar através da vistoria nos veículos, treinamento dos condutores e verificação de lotação.

14. CIDADANIA E DIREITOS SOCIAIS

SAÚDE

O Programa de Saúde fundamenta-se na convicção, mais até do que na obrigação constitucional, de que a Saúde é um direito. Embora o discurso do direito esteja popularizado, o acesso a esse direito e as formas de realizá-lo está muito distante daquilo que se imagina justo. Assim, trata-se de estabelecer as bases sobre as quais será possível tornar o direito à Saúde um elemento do dia-a-dia da grande maioria da população.

DIRETRIZES BÁSICAS

- Reafirmação do Sistema Único de Saúde (SUS) como modelo de gestão democrática e base para a organização de serviços de saúde eficientes e de qualidade, estabelecendo com clareza as responsabilidades dos setores público e privado e implementando parcerias.

- Revitalizar os órgãos de participação popular.
- Busca de soluções para viabilizar o acesso da população aos avanços da tecnologia. Tais soluções poderão se dar numa ação de compromissos articulados entre esferas de governo, entes privados e sociedade.

- Redução da mortalidade infantil.
- Redução da mortalidade por causas violentas, através de ações conjuntas com as diversas áreas envolvidas nessas questões.

- Redução da carência de leitos hospitalares.
- Intersetorialidade das ações, baseada na abordagem conjunta dos problemas de saúde por outras áreas.

- Investimento em recursos humanos através do treinamento e o aperfeiçoamento técnico dos funcionários e de uma transformação da cultura da relação entre servidores e usuários, visando elevar o sentido ético-profissional das práticas de saúde e humanizar o atendimento. Valorizando o trabalhador da saúde com melhores salário, e discussão do PCCS.

- Busca de novas alternativas de recursos.

- Tratamento e apoio aos usuários de drogas e seus familiares.

PROPOSTAS DE AÇÃO

- Articular o atendimento municipal de saúde com os responsáveis pelo funcionamento do Hospital Regional visando elevar a quantidade e a qualidade da atenção regional necessária.

- Reorganizar o sistema de pronto-socorro, através da articulação de PS dos Hospitais com o pronto-socorro municipal, e dos PSF.

- Implantar um sistema de remoção e resgate de pacientes, com recursos humanos treinados e equipados para atendimento de emergências e demais necessidades de transporte de pacientes, articulado com os serviços de PS e Corpo de Bombeiros, e outros organismos públicos e privados.

- Reorganizar e modernizar o sistema de apoio diagnóstico e terapêutico, utilizando tanto os instrumentos da municipalização, quanto novos recursos para atualização tecnológica.

- Estimular a implantação progressiva de um Centro de Reabilitação, destinado a recuperar e reintegrar socialmente as pessoas portadoras de deficiências físicas.

- Buscar a implantação de mais PSF; Além de possibilitar a assistência aos doentes que estão impedidos de se locomover até a unidade de saúde. Incrementar as ações de vigilância epidemiológica e sanitária para controle ambiental de vetores e roedores e das doenças infectocontagiosas.

- Ampliar a oferta de serviços de assistência à saúde bucal.

- Implantar práticas criativas de abordagem e atendimento, com o objetivo de reduzir as internações hospitalares e resgatar a cidadania do portador de sofrimento psíquico. Fortalecendo o Centro de Atenção Psicossocial Adulto e Infantil (CAPS e CAPSI).

- Implantar o Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Droga (CAPS AD) em parceria com os municípios do Sudoeste. Revitalizando e reorganizando o atendimento aos dependentes de álcool e outras drogas.

- Reorganizar os programas específicos (saúde do trabalhador, mental, bucal, da mulher, da criança e do adolescente, do idoso etc.), em bases que garantam sua integração ao conjunto de iniciativas da Secretaria da Saúde e de outros órgãos públicos ou privados.

- Melhorar o projeto AMOR (Atendimento Médico Odontológico Rural)

- Implantar indicadores para medição da efetividade das ações e serviços de saúde, como forma de estimular o compromisso do servidor e viabilizar, para os usuários, a análise do funcionamento dos serviços.

- Estabelecer incentivos destinados às equipes que demonstrem maior criatividade e compromisso com a qualidade das ações desenvolvidas, buscando aumentar a solidariedade entre os trabalhadores e a noção da importância de cada um no resultado do próprio trabalho.

- Estabelecer metas de qualidade e produtividade, negociadas e decididas pelos Conselhos Diretores das unidades, segundo diretrizes aprovadas pelo Conselho Municipal de Saúde.

- Estabelecer normas de funcionamento das unidades com base nas diretrizes do “Plano Municipal de Saúde” e de acordo com a realidade de cada local, discutidas e decididas pelos Conselhos Diretores das unidades.

- Implantar reforma administrativa descentralizando os recursos técnicos e administrativos, incluindo a administração dos recursos financeiros, humanos e materiais, facilitando o acesso da população às informações gerenciais e o aumento da autonomia das unidades de saúde.

15. CRIANÇA E ADOLESCENTE

A questão da Criança e do Adolescente precisa constar da agenda do município e da região, resgatando o caráter humano da intervenção, encarando essa importante parcela da população como cidadãos. Para isto é preciso implantar efetivamente os princípios básicos do ECA, Estatuto da Criança e do Adolescente, através de ações específicas e integradas entre Prefeitura, Câmara Municipal, Poder Judiciário, movimentos populares, entidades civis, Conselhos de Direito e Tutelar.

DIRETRIZES BÁSICAS

**PROGRAMA DE GOVERNO DA “COLIGAÇÃO O FUTURO COMEÇA AGORA”
PSD PSB PV PRTB PRB PDT PPS PT do B PMN PTN PRP PC do B**

- Formulação de um plano de ações conjuntas em nível regional para atendimento às Crianças e Adolescentes.
- Integração, racionalização e otimização de recursos humanos, financeiros, físicos e materiais das diversas áreas da administração pública.
- Estabelecimento de uma política clara de convênios com as entidades assistenciais que atuam na área, monitorando serviços, verbas e resultado das ações.

PROPOSTAS DE AÇÃO

- Adequar aos princípios do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, os equipamentos públicos voltados ao atendimento de Crianças e Adolescentes que se encontram em situação de risco.
 - Desenvolver ampla campanha de popularização do ECA e dos demais serviços existentes no município, para atendimento à criança e ao adolescente.
 - Reestruturar os Conselhos Tutelares e capacitação dos membros do conselho.
 - Valorizar e estruturar com recursos humanos e materiais o Conselho de Direitos da Criança e Adolescente.
 - Realizar campanhas de incentivo a contribuições ao Fundo de Apoio Financeiro para Crianças e Adolescentes.
 - Implantar a "Casa Aberta" como ponto de referência para primeiro atendimento ao menino/menina de rua, visando sua reintegração social e cultural e capacitação para o mundo de trabalho.
 - Treinar e formar os educadores da rede municipal para reconhecer e encaminhar crianças vítimas de violência, dependências químicas e outras situações de risco.
 - Garantir acompanhamento social e psicológico para as famílias de crianças e adolescentes vítimas de violência e maus tratos, dependentes químicos e outros.
 - Implantar serviço telefônico SOS Criança, para encaminhamento de denúncias aos Conselhos Tutelares.
 - Realizar campanhas sobre violência contra crianças e adolescentes abordando temas específicos como drogas, abuso sexual, maus tratos e outros temas afins.
 - Fortalecer a Casa de Apoio às crianças e adolescentes vítimas de violência.
 - Monitorar os índices de repetência e evasão escolar de crianças e adolescentes do município, promovendo o seu retorno à escola.
 - Desenvolver campanha para prevenção pré-natal sobre doenças que acarretem deficiências.
 - Produzir levantamento de Indicadores Sociais, monitorando a evolução dos dados.
 - Incentivar a criação e participar de Cadastro Regional para:
 - Crianças e adolescentes passíveis de adoção;
 - Serviço de colocação em famílias substitutas: adoção, tutela ou guarda;
- Crianças e adolescentes desaparecidos.

16. GÊNERO

A maneira como a cidade é estruturada afeta, diretamente, o cotidiano das mulheres, pois, como principal administradora da família, elas se utilizam do bairro e

da cidade quase como uma "extensão da sua casa". Desta forma, são as principais usuárias dos serviços e equipamentos públicos.

O papel das mulheres na reprodução da força de trabalho e na família torna-as presença marcante nas lutas sociais pela melhoria dos serviços urbanos e qualidade de vida.

DIRETRIZES GERAIS

- Ampliação dos mecanismos de combate e prevenção à violência contra a mulher.

- Incorporação da dimensão das relações de gênero ao planejamento global de governo, procurando desenvolver ações que busquem redefinir as relações existentes, principalmente as que dizem respeito ao espaço público.

- Estímulo à adoção de políticas de ação afirmativa nas empresas, tais como creches nos locais de trabalho, não discriminação no acesso a determinadas funções, cumprimento de legislação trabalhista.

PROPOSTAS DE AÇÃO

POLÍTICAS PÚBLICAS.

- Desenvolver um trabalho educativo nos programas de geração de renda, onde mulheres possam formar-se profissionalmente, tendo como perspectiva a inserção no mercado de trabalho.

- Criar condições para a constituição de cooperativas, associações de geração de renda para as mulheres, aproveitando e valorizando a sua experiência profissional.

- Incentivar a participação das mulheres nas atividades de cultura, esporte e lazer adequando horários e espaços para permitir sua participação.

- Implantar serviços apropriados e equipamentos adequados para crianças nos parques e nas áreas de lazer da cidade.

- Criar o "Espaço Criança", em parceria com a iniciativa privada, no centro da cidade: um espaço de lazer para crianças, onde as mães possam deixá-las para fazer compras, ir ao banco etc.

- Assegurar o desenvolvimento de programas de atendimento de saúde preventiva, psicológica e curativa às mulheres nas unidades de saúde.

- Estimular a criação do Conselho Municipal da Mulher, consolidando um canal institucional de participação, resguardando, sempre, a autonomia dos grupos, entidades e movimentos, incentivando e potencializando sua auto-organização.

Promover capacitação sobre relações de gênero para o funcionalismo público.

VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

Propor ações preventivas contra a violência urbana tais como:

- Instalação de postos da guarda municipal em pontos estratégicos da cidade; - melhoria na iluminação pública;

- Soluções para terrenos baldios, residências abandonadas e podas de árvores visando restringir os espaços que se tornam preferidos dos agressores e estupradores.

- Criar o “Centro de Referência da Mulher” com atendimento social, jurídico e psicológico, realizando levantamento de dados para pesquisa, diagnóstico e perfil sobre a situação de violência em Cáceres.

- Recuperar convênios com a Secretaria da Segurança Pública do Estado, visando à implantação do serviço social na Delegacia de Defesa da Mulher.

17. IDOSOS

Dadas as características da população cacerense, é necessário uma especial atenção aos idosos, buscando sua valorização e integração social.

A atuação do movimento os torna aptos à defesa de interesses mais amplos do segmento idoso como aposentadoria digna, atendimento diferenciado nos serviços públicos etc.

DIRETRIZES BÁSICAS

- Garantia de acesso dos idosos aos equipamentos e serviços públicos existentes.

- Criação de alternativas para o idoso no campo educacional e profissional.

Divulgação das atividades e serviços existentes na região voltados a este segmento.

PROPOSTAS DE AÇÃO

- Criar o “Centro de Referência do Idoso” enquanto equipamento catalisador e irradiador de ações, contando com uma equipe multiprofissional capacitada em gerontologia.

- Retomar em parceria com a UNEMAT a “Universidade Aberta da Terceira Idade” permitindo às pessoas idosas a educação continuada através de atividades educativas, socioculturais e de ação comunitária.

- Promover um curso de pré-aposentadoria em intercâmbio com Associações e União de Aposentados e Pensionistas.

- Organizar atividades como caminhadas, danças, yoga. Criar cursos esportivos voltados ao público idoso.

- Realizar as Olimpíadas dos Idosos.

- Criar grupos de terceira idade nos centros culturais, com atividades de teatro, coral, música, danças e artesanato.

- Implementar um projeto de resgate de memória histórica da cidade.

- Estabelecer convênios com entidades para a criação de oficinas produtivas.

- Debater as condições de mobilidade do idoso e o código de obras envolvendo as questões das guias rebaixadas, corrimão nas rampas e escadas nos equipamentos públicos.

- Estimular os processos intergeracionais de respeito e convivência, fazendo com que cada segmento seja reconhecido e valorizado enquanto cidadãos.

- Capacitar os servidores públicos nas questões de gerontologia, fomentando o respeito ao idoso.

18. JUVENTUDE

O moderno modo de governar deve propor a ampliação dos direitos dos jovens para que possamos construir uma moderna situação juvenil na sociedade. Uma

situação que garanta o acesso à educação pública de qualidade, voltada à qualificação profissional, que amplie as oportunidades culturais, esportivas e de lazer e garanta a inserção no mercado de trabalho.

DIRETRIZES BÁSICAS

- Integração de ações sobre juventude entre os diversos órgãos da administração.

- Respeito às formas alternativas de participação de acordo com a pluralidade e a diversidade das manifestações e organizações da juventude como grupos religiosos, culturais, as bandas de música, os grupos esportivos de todas as modalidades e os grupos ecológicos.

PROPOSTAS DE AÇÃO

- Garantir um espaço de referência para a juventude, onde se desenvolvam políticas para o setor.

- Criar o “Fórum da Juventude”, composto pelas diversas entidades e movimentos de jovens para formular políticas públicas para o setor.

- Incentivar a cultura em todos os seus aspectos.

- Abrir espaços para as bandas da cidade.

- Ampliar o número de vagas para a prática esportiva.

- Potencializar a política de combate à AIDS, através das campanhas de prevenção e esclarecimento.

- Criar um mutirão de alfabetização de jovens e adultos e apoiar as entidades que promovem cursos, palestras, seminários ligados à educação da juventude.

- Incentivar convênios entre o comércio, as escolas técnicas e os cursos profissionalizantes para o ingresso profissional de jovens sem o comprometimento de sua vida escolar.

- Criar efetivamente o “Banco do Primeiro Emprego”, para facilitar o acesso dos jovens ao mercado formal de trabalho.

19. PORTADORES DE DEFICIÊNCIA

O poder público deve criar condições para que esse importante segmento da população possa se integrar à vida da cidade, eliminando qualquer princípio segregacionista.

DIRETRIZES BÁSICAS

- Apoio ao ingresso no mundo do trabalho.

- Criação de alternativas de lazer, cultura e esportes para o portador deficiência.

- Ampla acessibilidade, facilitando sua movimentação pela cidade.

- Integração das ações nos vários setores da administração.

PROPOSTAS DE AÇÃO

- Implantar progressivamente um Centro de Reabilitação, destinado a recuperar e reintegrar socialmente as pessoas portadoras de deficiências físicas.

- Eliminar barreiras arquitetônicas, facilitando a locomoção de pedestres e portadores de deficiência em geral.
- Construir uma alternativa de transporte coletivo, em parceria com setores organizados da cidade, voltados ao atendimento da pessoa portadora de deficiência.
- Implantar equipamentos específicos de apoio e sinalização, principalmente naqueles trechos identificados como prioritários ao uso da pessoa portadora de deficiência. Criar programas de educação física adaptada para grupos específicos.
- Incentivar e organizar a prática esportiva de grupos ligados a associações federações e confederações de pessoas deficientes em eventos integrados ou não.
- Criar convênios com entidades de ensino profissionalizante.
- Realizar censo com finalidade de estabelecer dados estatísticos da população portadora de deficiência no município.
- Estabelecer como princípio de trabalho nos vários setores da administração, o respeito ao portador de deficiência.
- Criar o “Conselho Municipal das Pessoas Portadoras de Deficiência”.

20. SEGURANÇA

O Governo Municipal, devido à maior proximidade com a população, é quem recebe a maior parte das reivindicações no que se refere à Segurança Pública que, do ponto de vista legal, é atribuição do Estado e da União.

Não ignorando as diretrizes constitucionais, o município não pode deixar de assumir algumas atribuições, intervindo naquilo que for possível, no sentido de oferecer mais segurança aos cidadãos cacerenses.

DIRETRIZES BÁSICAS

- Buscar a criação de uma “Guarda Municipal” aproximando suas ações da comunidade nas atribuições onde sua atuação se mostrar mais eficaz.
- Aproximação e trabalho conjunto entre órgãos estaduais, Polícia Civil e Militar e Corpo de Bombeiros.
- Defesa Civil ativa e com papel de destaque no atendimento às situações de emergência.

PROPOSTAS DE AÇÃO

- Terceirizar gradativamente a segurança patrimonial, supervisionada e fiscalizada pelo comando de uma “Guarda Municipal”, garantindo os direitos do efetivo remanescente.
- Descentralizar postos da Guarda para atendimento à população, informação, apoio, pequenos socorros etc.
- Aprimorar o grupamento ecológico, visando garantir o controle e a preservação da fauna, flora e áreas de mananciais.
- Articular ações preventivas e de socorro no caso de enchentes, deslizamentos e outras calamidades pela Guarda Municipal e Defesa Civil.
- Implantar um sistema de radio comunicação.
- Estimular/potencializar “Conselho Municipal de Combate as Drogas”, articulando a política pública do setor e agregando esforços das diversas atividades voltadas ao atendimento e apoio.

- Propor ações preventivas contra a violência urbana como melhoria de iluminação pública e solução efetiva para terrenos baldios, casas abandonadas, podas de árvores, restringindo espaços perigosos.

21. ABASTECIMENTO

O Município de Cáceres, embora não dispondo da autonomia para a reformulação das políticas e de abastecimento como um todo, propõe uma política municipal de abastecimento segurança alimentar, tratando-a como assunto de interesse público.

Isto pressupõe uma mudança na concepção do papel da política de abastecimento, cujas prioridades não podem mais ser definidas a partir, exclusivamente, de uma lógica econômica, mas devem ser orientadas por objetivos sociais e por uma visão de desenvolvimento, pautada na eficiência administrativa e econômica de prestação de serviços e, ao mesmo tempo, na ética, na geração de empregos, no desenvolvimento econômico, na participação popular, na universalização da cidadania.

DIRETRIZES BÁSICAS

- Construção de uma nova relação com a sociedade, buscando a democratização do processo decisório e o exercício do controle sobre a ação da Secretaria fim.

- Incentivo à parceria entre a sociedade civil e demais instâncias de governo na resolução dos problemas, proporcionando alternativas de implantação dos programas previstos na política municipal de abastecimento e segurança alimentar.

- Estabelecimento de uma política de segurança alimentar nos níveis emergencial e estrutural.

PROPOSTAS DE AÇÃO

- Aperfeiçoar o sistema de compra de gêneros.

- Criar o projeto “Pró-pomar” para distribuição de mudas de pequeno e médio porte e composto orgânico com o objetivo de fomentar o auto abastecimento principalmente da população carente.

- Estimular um “projeto Sacolão volante” com pontos móveis de venda comercializando produtos da cesta básica e hortigranjeiros de boa qualidade a baixos preços.

- Estimular o projeto “Restaurante Popular”, em parceria com entidades da sociedade civil envolvidas com a questão do abastecimento.

- Implantar hortas nas escolas municipais e outros espaços comunitários, garantindo o aproveitamento da produção para o auto abastecimento e também como geração de renda na comercialização dos excedentes.

- Criar um “Banco de Alimentos”, rede regional de pessoas/empresas/entidades e organizações com a missão de aumentar a qualidade e a quantidade de alimentos para serem enviadas às pessoas carentes.

- Apoiar a negociação de produtos na época de colheita através da “Campanha da Safra” vendendo produtos, direto do produtor ao consumidor, eliminando intermediações.

- Apoiar a “Casa do Produtor” fornecendo as condições mínimas de permanência aos produtores enquanto durar o período de comercialização de sua colheita em Cáceres.

- Utilizar espaços urbanos para a produção de hortigranjeiros, através de um programa de financiamento associado à assistência técnica necessária e garantia de aquisição ou de espaço para comercialização, realizando um trabalho integrado com outras secretarias.

- Estimular a agroindústria que ofereça produtos de boa qualidade e a menor preço.

- Retomar, em parceria com a iniciativa privada, o Mercado Municipal, disponibilizando-o para ações que concorram para o desenvolvimento econômico.

- Fortalecer as ações de controle higiênico-sanitário e de composição nutricional em toda a cadeia alimentar, da produção ao consumo final, considerando também as condições de armazenamento e transporte conforme determina a legislação sanitária em vigor.

Cáceres, MT, 05 de julho de 2012.

PREFEITO: Leonardo Ribeiro Albuquerque

VICE PREFEITO: Anne Christinne de Lima Viegas Collegio Alves.